

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 17/2013**

Período: 25/05/2012 – 31/05/2012

GEDES – Brasil

- 1- Cortes no orçamento de 2013 incluem Ministério da Defesa
- 2- Ex-opositores do regime militar são indenizados pelo governo
- 3- Acirram as discussões sobre a Lei da Anistia
- 4- Dilma deve escolher novo membro da Comissão Nacional da Verdade
- 5- Militares seguem o exemplo de Ustra e pedem por direito ao silêncio
- 6- Coluna opinativa saúda centenário de nascimento de Mário Martins
- 7- Dilma altera planos de voo de oficial da Força Aérea Brasileira
- 8- Sob diferentes perspectivas, artistas revelam tortura durante o regime militar
- 9- Ustra é alvo de acusações
- 10- Uso de aviões da FAB aumenta no governo de Dilma
- 11- Jornal retrata morte de Ruy Mesquita
- 12- “Sucatão” sofre acidente ao decolar na capital do Haiti
- 13- Marinha participará da compra de navio oceanógrafo destinado à pesquisa
- 14- Fotógrafo reconstituiu a cena da morte de Vladimir Herzog no DOI-Codi
- 15- Vítimas prestaram depoimento à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro
- 16- Exumação de João Goulart não tem prazo para ser concluída
- 17- Forças Armadas realizam exercícios para a Copa das Confederações
- 18- Discussões sobre os gastos do STM se ampliam
- 19- Vice-presidente da República visita áreas da Operação Ágata 7 que receberam novos equipamentos

1- Cortes no orçamento de 2013 incluem Ministério da Defesa

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, alguns órgãos sofreram cortes no orçamento de 2013, entre eles está incluso o Ministério da Defesa, que ficou com R\$ 3,7 bilhões a menos dos 18,7 bilhões previstos inicialmente. O ministro da Defesa, Celso Amorim, afirmou que irá se reunir com os chefes da Marinha, Exército e Aeronáutica para definir o que será preservado. Projetos estratégicos como Prosub (submarinos), KC 390 (avião cargueiro militar), HXBR (helicópteros) e o Projeto Nuclear da Marinha serão mantidos. Além disso, não serão cortadas despesas obrigatórias, como a aquisição de fardas. (Correio Braziliense – 25/05/13)

2- Ex-opositores do regime militar são indenizados pelo governo

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, dois militantes que lutaram contra o regime militar (1964-1985), foram presos e torturados, receberam no dia 24/05/13 o pedido público de perdão por parte do Estado brasileiro e uma indenização no valor de R\$ 223.740,00 cada um, concedida pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Wellington Moreira Diniz militou no Comando de Libertação Nacional (Colina), Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) e Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), e foi acusado de

ser responsável por 12 mortes pelo extinto Serviço Nacional de Informações (SNI). Cecílio Emigdio Saturnino, já falecido, foi cabo da Polícia Militar do estado de Minas Gerais durante o regime militar e colaborador dos grupos de esquerda como infiltrado no quartel, além de militante da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Durante a cerimônia, Saturnino foi promovido a primeiro sargento. A Comissão Nacional da Verdade enviou um ofício à Polícia Militar para retirada de qualquer menção negativa de seu nome dentro da corporação. Caso a família de Saturnino prove relação de dependência, poderá receber um auxílio mensal por parte do governo. Ainda segundo o *Correio*, o prédio onde se localizava o Departamento de Segurança Pessoal e de Ordem Política e Social (Dops) de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, poderá ser tombado e transformado em memorial, dedicado às vítimas do regime militar. A causa, levantada pela Associação de Amigos do Memorial da Anistia (AAMA), tem apoio do Ministério Público Federal, mas precisa ser aprovada pela Assembleia Legislativa de Minas e pelo Conselho Estadual do Patrimônio Público. (*Correio Braziliense* – 25/05/13)

3- Acirram as discussões sobre a Lei da Anistia

Em editorial, o jornal *Folha de S. Paulo* afirmou que a proposta para alterar a Lei da Anistia (1979) seria um recorrente equívoco, o qual poderia ter repercussões negativas em vários níveis. Em evento da Comissão Nacional da Verdade (CNV), alguns de seus membros levantaram a questão de inserir no relatório final uma recomendação de revisão da lei. Segundo o jornal, tal ação, além de acentuar divergências internas no grupo, renova a desconfiança de que seus trabalhos sejam baseados em revanchismo, o que aumenta a relutância das Forças Armadas em colaborar com a CNV. A *Folha* ainda recordou que em 2010 foi confirmado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) o caráter amplo e irrestrito da lei, a qual abrange tanto agentes do Estado, quanto da oposição. De acordo com a *Folha*, justamente tal caráter da lei teria garantido um processo mais eficiente de democratização do país, na medida em que refreou divisões na sociedade e evitou maiores conflitos. Nesta perspectiva, a anistia, mais do que uma imposição, foi uma garantia para a transição democrática. O jornal publicou colunas com diferentes opiniões sobre o tema. O advogado e membro da CNV, José Paulo Cavalcanti Filho, que é contra a revisão da Lei da Anistia, afirmou que a defesa feita pelo jornal em seu editorial para a manutenção da interpretação da lei tem duas dimensões, uma moral e outra mais complexa, referente à discussão sobre sua revisão. Para ele, três argumentos podem ser levantados a favor da revisão: o fato de que tamanha desumanidade presente nesses crimes os tornem imprescritíveis; que alguns atos cometidos por parte do regime militar (1964-1985) não deveriam ser considerados crimes conexos; e por fim, que se deve aplicar as sentenças dos tribunais internacionais. No entanto, contrário à revisão da lei está o fato de que essa foi criada inicialmente como lei ordinária e elevada em 1985 ao status de regra constitucional, tornando mais difícil o processo de revisão; além do reconhecimento, por parte do STF do seu caráter amplo e geral. Já a coluna opinativa da deputada federal pelo Partido Socialista Brasileiro de São Paulo (PSB-SP) e ex-prefeita da cidade, Luiza Erundina de Souza, evidenciou seu empenho favorável à revisão da Lei de Anistia. A deputada argumentou que seu projeto de lei não é referente à mudança da Lei da Anistia, mas sim a uma

nova interpretação de seu artigo 1º, parágrafo 1º, que define como crimes conexos os crimes políticos, “ou praticados por motivações políticas”. Ela defende que “não se incluem entre os crimes conexos, definidos no art. 1º § 1º da lei nº 6.683/1979, os crimes cometidos por agentes públicos, militares ou civis, contra pessoas que, de modo efetivo ou suposto, praticaram crimes políticos”. A aprovação de tal projeto seria a efetivação do cumprimento da sentença condenatória proferida contra o Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) em 24/11/10. Erundina recordou que no período em que a lei foi decretada os militares ainda se encontravam no poder, logo, não seria válida a afirmação de que uma revisão da mesma seria inútil por essa já ter sido amplamente discutida na época de sua criação. Seu projeto de lei está atualmente na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aguardando votação. Segundo Erundina, a discussão referente à lei se encontra presente na sociedade atual, principalmente em órgãos como a CNV e os Comitês Memória, Verdade e Justiça, os quais se posicionaram favoráveis à aprovação do seu projeto. Ao longo da semana colunistas do jornal *Folha de S. Paulo* se posicionaram a respeito da Lei de Anistia. Vladimir Safatle afirmou que a CNV começou a “desmontar antigas mentiras veiculadas pelo regime militar” e mencionou que a questão da anistia negociada com a sociedade foi uma “farsa”, assim como a própria lei, pelo fato de não ter existido nenhuma negociação e sim a imposição pelos militares, que pretendiam se “autoanistiar”. Safatle ainda afirmou que o projeto de lei era ilegítimo e que “passou na votação do Congresso por 206 votos contra 201”. Para Safatle, “a Lei da Anistia consegue, assim, a proeza de ser, ao mesmo tempo, ilegítima na sua origem e desrespeitada exatamente pelos que a impuseram”. Em sua opinião, a lei beneficiou apenas os militares, uma vez que os opositores do regime que se encontravam presos ao tempo de sua promulgação, ali continuaram até a redução de suas penas. Em contraposição, o colunista Jânio de Freitas mencionou que, segundo Cavalcanti Filho, a Lei da Anistia não deve ser revista, concordando com a visão no âmbito jurídico. Freitas ainda destacou que “impor a superação da anistia, sem mais considerações, aplacará a justa indignação e restabelecerá o respeito por valores nela negados, mas essenciais”, porém tal prática pode tender a inverter as direções acusatórias. O articulista Hélio Schwartzman analisou a discussão em torno da revisão da Lei da Anistia e afirmou ser a favor da identificação e julgamento dos responsáveis pelas violações de direitos humanos ocorridas durante o regime militar, uma vez que “os grupos de esquerda nunca ameaçaram seriamente o “statu quo” e, sob o prisma das leis cunhadas pelos próprios governantes, militantes capturados eram presos comuns que estavam sob a guarda do Estado e deveriam ter sua integridade física respeitada”. Para Schwartzman, ao contrário do que afirmou o STF, a Lei da Anistia não foi negociada, mas sim imposta por aqueles que estavam no poder. Entretanto, o colunista não crê que os responsáveis pelas violações devem ser presos, pois “punições que chegam 40 anos depois dos fatos já não atingem os autores dos delitos, mas encontram pessoas totalmente distintas, tanto em suas células como em suas ideias”. Mas acredita que um julgamento possa esclarecer tudo que ocorreu naquele período. Por fim, Paulo Vannuchi, candidato brasileiro a uma das três vagas na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), afirmou que os responsáveis por mortes e torturas ocorridas no regime militar devem ser punidos, e que para isto não é

necessário revogar a Lei de Anistia. O ex-ministro da Secretaria dos Direitos Humanos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, segundo a *Folha*, que “o que se deve fazer é oferecer ao Supremo [Tribunal Federal] todas as chances de rever sua posição”. Ademais, Vannuchi defendeu, segundo o periódico, que a prisão dos responsáveis por tais crimes é dispensável, e que as sanções devem ocorrer na área civil. (Folha de S. Paulo – Opinião – 25/05/13; Folha de S. Paulo – Opinião – 28/05/13; Folha de S. Paulo – Política – 28/05/13; Folha de S. Paulo – Poder – 29/05/13; Folha de S. Paulo – Opinião - 31/05/13)

4- Dilma deve escolher novo membro da Comissão Nacional da Verdade

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, a presidente da República, Dilma Rousseff, deverá escolher nos próximos dias o novo integrante da Comissão Nacional da Verdade (CNV), que entrará no lugar do ministro do Superior Tribunal Justiça, Gilson Dipp, afastado por motivos de saúde. Em encontro com o colegiado foi levantado um critério básico para a escolha do novo integrante, referente ao conhecimento prévio dos assuntos tratados pela CNV. Vários nomes têm sido cotados, entre eles o do procurador regional da República, Marlon Weichert, fortemente sugerido pelos familiares das vítimas do regime militar (1964-1985). Também são apontados a procuradora do Estado, mestre e doutora em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e assessora da CNV, Maria Luci Buff Migliori, e Antonio Carlos Biscaia, advogado, ex-deputado federal e ex-procurador-geral do Rio de Janeiro. (O Estado de S. Paulo – Política – 25/05/13)

5- Militares seguem o exemplo de Ustra e pedem por direito ao silêncio

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o general Valmir Fonseca Azevedo e o coronel Carlos Sérgio Mala Mondaine recorreram à Justiça Federal para obterem o direito de permanecer em silêncio durante seus depoimentos à Comissão Nacional da Verdade (CNV). Assim, seguindo o exemplo do coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra, ambos obtiveram o habeas corpus que lhes garante tal direito. (O Estado de S. Paulo – Política – 25/05/13)

6- Coluna opinativa saúda centenário de nascimento de Mário Martins

Em coluna opinativa para o jornal *Folha de S. Paulo*, o jornalista Carlos Heitor Cony saudou o centenário de nascimento de Mário Martins, importante jornalista e político que atuou em oposição ao Estado Novo (1937-1945) e ao regime militar (1964-1985). Foi cassado pelo Ato Institucional número 5 (AI-5) e preso diversas vezes, mas nunca deixou de lutar pelo ideal democrático. Cony ressaltou que, quando foi processado pelo ministro da Guerra, o general Costa e Silva, em 1964, Mário Martins foi o único jornalista que se manifestou publicamente a seu favor. (Folha de S. Paulo – Opinião – 26/05/13)

7- Dilma altera planos de voo de oficial da Força Aérea Brasileira

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, a presidente da República, Dilma Rousseff, não tolera turbulências durante voos no avião presidencial. Segundo o periódico, Rousseff verifica o plano de voo e estuda as cartas meteorológicas antes de decolar. Quando julga necessário, ela pede para o piloto, o tenente-brigadeiro do ar Joseli Parente Camelo, alterar o trajeto a fim de evitar trepidação. (Folha de S. Paulo – Poder – 26/05/13)

8- Sob diferentes perspectivas, artistas revelam tortura durante o regime militar

Em depoimento ao jornal *Folha de S. Paulo*, a atriz Bete Mendes contou que aos 18 anos, revoltada com o regime militar (1964-1985), decidiu entrar para a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), quando então foi presa duas vezes e torturada fisicamente na segunda, em 1970. Em 1985, na condição de deputada federal, Mendes encontrou o então coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra em viagem ao Uruguai e o denunciou ao presidente da República em exercício, José Sarney. A atriz afirmou não temer retrocessos, mas chamou atenção para a existência de movimentos contra a democracia e criticou Ustra por participar de movimentos nazistas. Segundo ela, “é preciso ser cauteloso em relação a movimentos que podem ser prejudiciais ao avanço democrático. Mas impedir jamais, porque a gente legítima a manifestação de todos, de opiniões diversas”. De acordo com os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o cantor Amado Batista, em entrevista a um programa da emissora televisiva Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), afirmou ter sido torturado durante o regime militar. Segundo a *Folha*, Batista considerou que a repressão, naquele contexto, foi necessária para evitar a implantação de um regime socialista, mencionou ter sido procurado pela Comissão Nacional da Verdade e afirmou que recebe uma indenização do governo federal. Para *O Estado*, o cantor destacou que foi torturado porque trabalhava em uma livraria e permitia que livros proibidos fossem lidos. Além disso, afirmou que não acionará a Comissão para buscar seu torturador, pois em suas palavras “fiz coisas erradas, eles me corrigiram, assim como uma mãe que corrige um filho. Acho que eu estava errado por estar contra o governo e ter acobertado pessoas que queriam tomar o país à força. Fui torturado, mas mereci.” (Folha de S. Paulo – Poder – 26/05/13; Folha de S. Paulo – Poder – 28/05/13; O Estado de S. Paulo – Política – 28/05/13)

9- Ustra é alvo de acusações

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra é alvo de duas acusações na área cível e três denúncias criminais. O ex-coronel é acusado de comandar tortura de presos políticos no período em que foi chefe do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) do 2º Exército de São Paulo. Em 2008, Ustra foi primeiro militar a ser declarado pela Justiça como torturador do regime, em ação civil movida pela família Teles; já em 2012 foi condenado a pagar reparação financeira a familiares do jornalista Luiz Eduardo da Rocha Merlino, morto sob tortura. O ex-coronel é alvo de três acusações criminais e é acusado de ter torturado pessoalmente ex-presos políticos, como o vereador paulista Gilberto Natalini e o deputado estadual por São Paulo

Adriano Diogo. Conforme levantamentos realizados pelos projetos “Brasil Nunca Mais” e “Direito à Memória e à Verdade”, 502 pessoas foram torturadas dentro do DOI-Codi sob comando de Ustra e 47 foram sequestradas ou mortas neste mesmo período. Ustra nega as acusações. Segundo o jornal *Correio Braziliense*, do dia 31/05/13, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) disponibilizou na internet informações obtidas nos documentos produzidos pelo extinto Serviço Nacional de Informações (SNI), de acordo com as quais é possível confirmar a morte de 51 pessoas nas dependências do DOI-Codi. Tais informações contradizem as afirmações feitas pelo ex-coronel Ustra, em depoimento à CNV, no dia 10/05/13. Durante a sessão, Ustra negou que tenha comandado sessões de torturas, assim como a possibilidade de que tenha havido mortes nas dependências do DOI-Codi, pois segundo ele as mortes ocorreram durante situações de combate. De acordo com Claudio Fonteles, membro da CNV, “os dados mostram que, entre 1970 e 1977, 51 pessoas foram mortas no DOI-Codi de São Paulo, sob o comando do coronel Brilhante Ustra e de seu sucessor, Audir Santos Maciel”. (*Correio Braziliense – Política – 29/05/13; Folha de S. Paulo – Poder – 26/05/13*)

10- Uso de aviões da FAB aumenta no governo de Dilma

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, além do gasto crescente com passagens aéreas para autoridades, o uso de aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) por altas autoridades e ministros também aumentou. De acordo com o jornal, “as decolagens a bordo da frota oficial cresceram 5% de 2011 para 2012 e a permanência no ar, 10%”. (*O Estado de S. Paulo – Política – 26/05/13*)

11- Jornal retrata morte de Ruy Mesquita

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, Ruy Mesquita, falecido no dia 21/05/13, foi o último dos filhos vivos de Júlio de Mesquita Filho. Como o pai, Ruy se opôs ao governo de Getúlio Vargas: furtou um mimeógrafo para imprimir folhetos para a Passeata do Silêncio (marco da resistência anti-Vargas) e foi preso em 1944 pela Polícia Especial do Estado Novo (1937-1945) por portar uma bandeira da União Soviética durante desfile. Em 1972, em meio ao regime militar (1964-1985), enviou um telegrama a Alfredo Buzaid, ministro da Justiça na época, expressando vergonha pela condição do Brasil. Ruy tornou-se referência da imprensa brasileira ao estreitar na editoria internacional do *O Estado de S. Paulo* e foi homenageado por Fidel Castro na Praça da Revolução por defender a Revolução Cubana. Flávio Tavares, jornalista e ex-exilado político, lembra que, por sugestão de Ruy, assinou com o seu verdadeiro nome a informação sobre a morte do ex-presidente da República João Goulart, na Argentina. (*O Estado de S. Paulo – Aliás – 26/05/13*)

12- “Sucatão” sofre acidente ao decolar na capital do Haiti

Segundo os jornais *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, no dia 26/05/13 um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) sofreu um acidente quando decolava no Aeroporto Internacional Toussaint Louverture, na capital do Haiti, Porto Príncipe. Os 143 militares a bordo estavam no país para a Missão das Nações

Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah), e retornavam ao Brasil. De acordo com o *Correio*, quando a aeronave estava em processo de decolagem, uma das turbinas explodiu. O piloto então desligou os motores e cortou o combustível. Ao retornar à pista, o trem de pouso quebrou, forçando o avião a se arrastar "de barriga" pela pista. De acordo com os jornais, a aeronave é um Boeing 707, modelo KC-137, que ficou conhecida como "Sucatão" quando serviu como avião oficial da Presidência da República no governo de Luiz Inácio Lula da Silva e foi posteriormente substituído. A FAB informou, em nota, que iniciou as investigações para apurar o que causou o acidente. (*Correio Braziliense* - 27/05/13; Folha de S. Paulo – Mundo – 27/05/13)

13- Marinha participará da compra de navio oceanógrafo destinado à pesquisa
De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, a Marinha irá participar da compra do novo navio oceanógrafo brasileiro, que será a maior embarcação dedicada à pesquisa científica na história do país. O projeto que venceu a licitação é de uma empresa norueguesa e sua entrega está prevista para o fim de 2014. Segundo o *Correio*, a compra será realizada através de uma parceria público-privada entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, a Marinha e as empresas Vale do Rio Doce e Petrobrás. O custo total é de R\$ 182 milhões e a Marinha contribuirá com R\$ 27 milhões. De acordo com o jornal, a comunidade acadêmica começou a questionar sobre os propósitos da embarcação, uma vez que a Petrobras será a sócia-majoritária, com R\$70 milhões, e a Vale com R\$ 38 milhões. O contra-almirante Petronio Augusto Siqueira de Aguiar, coordenador do Programa de Reaparelhamento da Marinha, afirmou que "o mote será a pesquisa, privilegiando a comunidade acadêmica". (*Correio Braziliense* - 27/05/13)

14- Fotógrafo reconstituiu a cena da morte de Vladimir Herzog no DOI-Codi
Conforme noticiado pelo periódico *Folha de S. Paulo*, a pedido da Comissão da Verdade da Câmara Municipal de São Paulo, o fotógrafo Silvaldo Leung Vieira, ex-funcionário da Polícia Civil de São Paulo e autor da fotografia do jornalista Vladimir Herzog morto em 1975, visitou, no dia 27/05/13, as dependências do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) a fim de reconstituir a cena e esclarecer as circunstâncias da morte do jornalista. Na época do regime militar (1964-1985), o Exército alegou que Herzog havia se suicidado. De acordo com a *Folha* e com o periódico *O Estado de S. Paulo*, Vieira visitou o local onde retratou Herzog, segundo a *Folha*, "pendurado por um cinto no pescoço, preso a uma janela e com os pés no chão", considerando duvidosa a cena. A *Folha* evidenciou que a família de Herzog recebeu um novo atestado de óbito no qual a causa da morte foi "substituída de 'asfixia mecânica' para 'lesões e maus tratos durante o interrogatório'". Segundo *O Estado*, a Comissão Municipal foi frustrada por possuir uma expectativa de obter mais detalhes sobre o caso. Ademais, segundo a *Folha*, no dia 28/05/13, a Comissão ouviu o depoimento de Vieira sobre o caso. Em resposta à declaração de Ivo Herzog, filho do jornalista Vladimir Herzog, segundo o qual o fotógrafo seria cúmplice da repressão, Vieira afirmou "não se sentir cúmplice, mas vítima, e que se sente mal por ter participado do episódio". (*Folha de S. Paulo – Poder – 27/05/13*;

Folha de S. Paulo – Poder – 28/05/13; Folha de S. Paulo 29/05/13; O Estado de S. Paulo – Política - 28/05/13)

15- Vítimas prestaram depoimento à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro

De acordo com os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, no dia 28/05/13, a cineasta Lucia Murat e a historiadora Dulce Pandolfi prestaram depoimento à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro. Na ocasião, denunciaram as torturas sofridas durante o regime militar (1964-1985), no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) e no Departamento de Ordem Política e Social (Dops). Foram relatadas agressões, afogamentos, choques e abusos sexuais. Segundo os jornais, Dulce afirmou ter sido cobaia de uma aula de tortura no DOI-Codi. Segundo *O Estado*, as vítimas das torturas ocorridas durante o regime militar nunca “havia encontrado tanto estímulo e audiência para o relato de seus sofrimentos quanto agora”. De acordo com o jornal, este estímulo é proveniente da Comissão Nacional da Verdade e das “comissões similares a ela que passaram a se multiplicar pelo País”. (Folha de S. Paulo – Poder – 28/05/13; O Estado de S. Paulo – Política - 29/05/13)

16- Exumação de João Goulart não tem prazo para ser concluída

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) realizou uma reunião no dia 29/05/13, na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, para discutir as diretrizes do processo de exumação dos restos mortais do ex-presidente da República, João Goulart, que morreu quando estava exilado na Argentina, em 1976. Segundo a *Folha*, a reunião foi fechada e também contou com a presença da ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário, de parentes de Goulart e de peritos uruguaios e argentinos. De acordo com a coordenadora da CNV, Rosa Cardoso, o processo será mais complexo do que o previsto e não foi definido um prazo para a realização da perícia. Cardoso afirmou que “nosso cenário é que vamos conseguir [concluir o trabalho] dentro deste um ano e meio de trabalho que temos”. Os profissionais envolvidos na perícia, que são coordenados pela Polícia Federal, se reunirão em junho para discutir detalhes técnicos. Segundo o jornal, peritos cubanos devem integrar a equipe a pedido da família de Goulart. (Folha de S. Paulo – Poder – 30/05/13)

17- Forças Armadas realizam exercícios para a Copa das Confederações

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, a Força Aérea Brasileira (FAB) realizou, no dia 29/05/13, um exercício de simulação de hostilidades no espaço aéreo da cidade do Rio de Janeiro, como parte do esquema de segurança para a Copa das Confederações, a ser realizada em junho de 2013. Durante o exercício, foi utilizada uma aeronave Emb-120 Brasília – denominada C-97 pela FAB – como aeronave intrusa “em atitude furtiva e hostil”, que foi interceptada por dois aviões de caça F-5M que, apesar da permissão para utilizar o canhão de 20mm e mísseis ar-ar, tinham como prioridade coagir a aeronave intrusa a realizar o pouso. A operação durou 20 minutos e foi um sucesso. De acordo

com o jornal, a FAB utilizará, no dia 15/06/13, durante a abertura da Copa das Confederações, pelo menos um veículo aéreo não tripulado (Vant) na cidade de Brasília, como parte do esquema de vigilância do evento. Está em fase de análise o emprego de Vants durante o encerramento da Copa das Confederações na cidade do Rio de Janeiro e não foi definida a utilização de tais aeronaves na Jornada Mundial da Juventude que ocorrerá no mês de julho. Segundo *O Estado*, os Vants da FAB possuem autonomia de 16 horas e não operam armados. De acordo com o periódico, o Exército simulou a ocupação da estação que fornece energia ao estádio do Maracanã, diante da ameaça de invasão por um grupo radical. Já a Marinha fez inspeções de embarcações na Baía da Guanabara, no Rio de Janeiro, e os fuzileiros navais simularam o resgate de um atleta sequestrado por terroristas ou traficantes. (O Estado de S. Paulo – Política – 30/05/13)

18- Discussões sobre os gastos do STM se ampliam

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o Superior Tribunal Militar (STM) foi apontado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) como o órgão com maior número de servidores remunerados acima do teto legal, totalizando R\$ 3,8 milhões. Um grupo de trabalho do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estuda a possibilidade de extinção do STM, uma vez que suas despesas são extremamente altas em relação a sua baixa produtividade. Criado em 01/04/1808 pelo príncipe regente D. João VI, ele é composto por três tribunais localizados em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul; além disso, gasta em torno de R\$ 322 milhões para julgar cerca de 600 processos por anos, conforme dados do CNJ. Segundo o conselheiro Bruno Dantas, “os gastos da corte correspondem a um terço do orçamento do Superior Tribunal de Justiça, que tem muito mais causas a analisar”. Procurada pelo *Estado*, a assessoria de imprensa do STM afirmou não ter sido notificada pelo TCU. (O Estado de S. Paulo – Política - 31/05/13)

19- Vice-presidente da República visita áreas da Operação Ágata 7 que receberam novos equipamentos

Segundo o jornal *O Correio Braziliense*, no dia 27/05/13, o vice-presidente da República, Michel Temer, sobrevoou a fronteira do Brasil com o Paraguai e a Argentina para acompanhar as atividades da Operação Ágata 7, cujo objetivo é combater os crimes que ocorrem nos 16.886 quilômetros de fronteiras do país. Participam desta operação 33 mil homens das Forças Armadas, bem como agentes da Receita Federal e policiais federais e estaduais. Além disso, o 34º Batalhão de Infantaria de Foz do Iguaçu, estado do Rio Grande do Sul, passou a ser mecanizado, utilizando blindados sobre rodas e não apenas caminhões nesta operação. (Correio Braziliense – Cidades – 28/05/13)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Brasiliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br.

Equipe:

Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Cristal Moraes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Júnior (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista Proex); Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, Redatora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Ricardo P. M. Cavalheiro (Redator, graduando em Relações Internacionais; bolsista Proex).